

O IMPACTO DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL: OS NÚMEROS DA PRIVATIZAÇÃO E O NÍVEL DE CUMPRIMENTO DA CARTILHA NEOLIBERAL

Cristina Carvalho Pacheco

RESUMO: O presente artigo tem como proposta analisar – ainda que sucintamente – o processo de implementação das políticas de ajuste neoliberal que vem ocorrendo no Brasil pós Programa Nacional de Desestatização (PND). Parte do pressuposto que tais medidas, da forma como vem sendo feitas, afetam diretamente a sustentabilidade da democracia bem como também do Estado de Direito, através do desequilíbrio entre as atuações dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Faz um breve relato histórico do surgimento do pensamento neoliberal para logo em seguida identificar as suas fases de implementação – a partir do Consenso de Washington – de forma que torne possível ver onde que o Brasil se encaixa. E, finalmente, levanta alguns dados referentes a recentes processos de privatização feitos, para expor o conflito existente entre o Poder Executivo e a sociedade civil.

INTRODUÇÃO

Para Przeworski (1997, p. 209), o que Hobsbawm define como Era dos Extremos (1995) é também a era da ideologia. E, em pleno fim do séc. XX, é possível afirmar que, pelas transformações sócio econômi-

cas gigantescas que vêm ocorrendo no mundo, é a era da ideologia neoliberal. Ainda que de novo nada tenha, vários teóricos a prevêem como a ideologia que vai perdurar pelas próximas décadas (ANDERSON, 1995, p. 19).

Ao estar presente, atualmente, nos cinco continentes, atingindo não apenas as democracias ‘fragilizadas’ do Terceiro Mundo, como também os países de capitalismo avançado¹, demonstrando um fôlego invejável, e uma capacidade hegemônica nem sequer prevista por seus fundadores, a ideologia neoliberal justifica o estudo aqui dirigido.

Este estudo se propõe a analisar o projeto neoliberal dentro do contexto político brasileiro – mais especificamente através da implementação de sua segunda fase² – a de privatização das empresas estatais. Parte da hipótese de Hobsbawm (1997, p. 16) e Arruda (1997, p. 99) de que tal política conduzirá a uma barbárie sem precedentes na história.

Será visto, primeiramente, o contexto histórico em que o Neoliberalismo surgiu, quais os seus objetivos e o que o caracteriza. Para estudá-lo no contexto latino americano, serão vistas algumas características do ‘Consenso de Washington’ – um plano estratégico que intenciona dar continuidade às reformas já iniciadas em diversos países. E como uma tentativa de ilustração, serão fornecidos alguns dados e informações sobre as privatizações que vêm ocorrendo no Brasil nos últimos anos. Os dados foram colhidos na imprensa escrita brasileira – mais precisamente no Banco de Dados da Folha de São Paulo – dos últimos dois anos.

¹ Alemanha, Inglaterra, Áustria, Dinamarca, dentre outros. Talvez o Japão possa ser considerado a potência que até agora não tenha adotado as reformas neoliberais.

² Mais adiante serão vistas as fases do Neoliberalismo.

UMA VISÃO GERAL DO NEOLIBERALISMO: SEU NASCIMENTO, SUAS CARACTERÍSTICAS, E ALGUMAS DE SUAS PROMESSAS

A principal característica do Neoliberalismo consiste na capacidade de atingir economias que até então não haviam adotado suas políticas. Um exemplo disso são os países cujo governo se caracteriza por ser social democrata, que acabaram se mostrando “os mais resolutos em aplicar políticas neo-liberais” (ANDERSON, 1995, p. 14).

Mas o caráter hegemônico do Neoliberalismo não se compôs da noite para o dia. O seu surgimento se deu logo após a Segunda Guerra Mundial “na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado Intervencionista e do Bem Estar”.³ Para PRZEWORSKI os Estados Unidos também ocupam importante posição na composição do Neoliberalismo, mas o fizeram em conjunto com várias agências multinacionais, sem qualquer parceria com as nações européias (1997, p. 210).

Retomando o relato histórico de ANDERSON, alguns teóricos se reuniram logo após a Segunda Grande Guerra, na Suíça, e fundaram a Sociedade de Mont Pelérin, “uma espécie de maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p. 10). De fato, um outro tipo de capitalismo, cuja base principal reside na liberdade comercial, na livre concorrência. Não é proposta deste trabalho analisar as relações feitas entre Mercado e Estado, trazidas por autores como FIORI e PRZEWORSKI, pois isso ultrapassaria os limites do estudo ora proposto.

³ Na medida em que o Neoliberalismo surgiu em contraposição ao Estado Intervencionista e do Bem Estar Social.

Muito embora tenha surgido em fins da década de 40, foi somente em fins dos anos 70 que se deu o momento propício à aplicação da ‘cura neoliberal’, com a ocupação do poder inglês por Thatcher, “primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa Neoliberal”(ANDERSON, 1995, p. 11). A partir desse momento, diversos outros países passaram a implementar essa política – Reagan, 1980, EUA; Khol, 1982, Alemanha; Schluter, 1983, Dinamarca.

O momento em que Thatcher assume o governo inglês, conforme já dito, ainda que tenha sido o primeiro momento no qual as políticas Neoliberais descobriram sua potencialidade expansionista, num país de capitalismo avançado, não foi o primeiro momento de instauração de tais políticas: anos antes, no Chile de Pinochet, elas já tinham sido implementadas – 1973. Ironicamente, ANDERSON atribui ao referido país a “honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo Neoliberal da história contemporânea” (1995. P. 19).

Deve-se acrescentar à política implementada no Chile – cujas medidas envolviam desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição da renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos – uma das mais cruéis ditaduras militares já instauradas na América Latina.

Cada um dos países de capitalismo avançado que instauraram os programas Neoliberais o fizeram de forma um pouco diferenciada. Nos EUA, por exemplo, o caráter militar prevaleceu, acirrando os nervos da Guerra Fria. A Inglaterra já aplicou tais políticas na sua forma mais pura, enquanto que os outros países da Europa – de direita – o adotaram de forma mais cautelosa.

Este período, a década de 80, possibilitou a ANDERSON analisar se de fato o Neoliberalismo cumpriu as promessas, ou não. Concluiu o autor, após um estudo mais detalhado de cada uma de suas promessas que, “em todos estes itens, deflação, lucros, empregos e salários, podemos dizer que o programa neoliberal se mostrou realista e obteve êxito. Mas,

no final das contas, todas estas medidas haviam sido concebidas como meios para alcançar um fim histórico, ou seja, a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70. Nesse aspecto, no entanto, o quadro se mostrou absolutamente decepcionante” (1995, p. 15).

O período de 1970 a 1991 é denominado por HOBSEBAWM como “décadas de crise”, de crise universal, global, seja das economias socialistas, que foram soterradas, seja das capitalistas. “A crise afetou as várias partes do mundo de maneiras e em graus diferentes, mas afetou a todas elas, fossem suas configurações políticas, sociais, econômicas” (1995, p. 19) porque exatamente nesta fase o capitalismo se encontrava instituído de tal forma que a economia funcionava globalmente⁴. O sistema capitalista acabou por se tornar, nesta época, uma economia meramente especulativa, sem qualquer realização de investimentos em áreas de produção.

“Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nestes anos. Por outro lado – e este foi, digamos, o fracasso do neoliberalismo –, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais” (ANDERSON, 1995, p. 16).

⁴ O autor mostra um fator interessante: a correlação direta entre as duas economias – socialistas e capitalistas. Exatamente na Era de Ouro do capitalismo – 1947 a 1973 – é que a economia dos países agrários cujo regime era socialista sofreu a maior aceleração, substituindo uma estrutura agrária atrasada para uma completamente moderna. (HOBSEBAWM, 1995, p. 18).

Nos anos 90 a recessão novamente atingiu o capitalismo avançado. E é neste momento que o Neoliberalismo surpreendeu ANDERSON: se mostrou dinâmico e revitalizado⁵, não só na Europa, atingindo praticamente países dos cinco continentes.

Concordam Anseron, Przeworski e Hobsbawm – destacadas as perspectivas de cada autor – que o colapso do regime comunista levou à vitória do capitalismo. E como bem enfatiza Anderson, “não foi a vitória de qualquer capitalismo, mas o do tipo específico, liderado e simbolizado por Reagan e Thatcher nos anos 80” (1995, p. 17).

Muito embora, ressalta HOBBSAWM (1995, p. 19-20), ainda não seja possível avaliar todas as conseqüências que o fim do comunismo causou no mundo, é possível afirmar que “as tensões das economias em dificuldades minaram os sistemas políticos das democracias liberais, parlamentares ou presidenciais, que desde a Segunda Guerra Mundial vinham funcionando tão bem nos países capitalistas, assim como minaram todos os sistemas políticos vigentes no Terceiro Mundo”.

Claro que a oposição entre capitalismo e socialismo hoje pode ser compreendida como uma construção arbitrária e até mesmo artificial, mas o mundo que se esfacelou com o fim do comunismo – ou como preferem os teóricos, do ‘socialismo real’ – foi o mundo formado pelo impacto da Revolução Russa (HOBBSAWM, 1995, p. 14).

O término desta ‘guerra’ acabou por permitir que se acreditasse, como se óbvio o fosse, que a ideologia Neoliberal se constitui de fato na única saída para as economias em crise.

E é aqui que o Neoliberalismo expõe sua fragilidade, ao sustentar um discurso baseado em teses falsas, centradas na dinâmica maniqueísta entre Bem e Mal. Suas teses, “calcadas no fim dos regimes de leste, declara o fim da história, ou seja, atesta como irreversível a ‘vitória do mercado’ e de suas instituições” (ARRUDA, 1997, p. 87).

⁵ Vide eleições na Europa, recentemente.

Frágil na sua sustentação teórica, o Neoliberalismo vem demonstrando resultados modestos, “limitados que estão à estabilização monetária e ao equilíbrio fiscal” (BATISTA, 1994, p. 40). O Neoliberalismo se propõe a reerguer a economia, restaurando as taxas altas e estáveis de crescimento presentes na Era de Ouro do capitalismo, mas até agora nada conseguiu.

Econômica e politicamente fracassado, paradoxalmente, tem conseguido resultados surpreendentes na esfera social, “criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o Neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.” (ANDERSON, 1995, p. 23).

Seu mérito está, portanto, em ter sido o movimento ideológico de maior abrangência desde o início do século. Sem dúvida, estava certo Przeworski, essa é a era da ideologia... Para Anderson “é algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado” (1995, p. 22).

Vários autores afirmam que “onde o Neoliberalismo foi implantado, há real incremento da miséria e da riqueza, aumentando o fosso entre poucos que detêm muito e muitos que cada vez mais nada têm” (ARRUDA, 1997, p. 85), mas poucos oferecem dados confiáveis. Arruda (1997, p. 85) oferece números expressivos do que para ele é a expressão da “barbárie chamada acumulação”.

“Mais de oitenta por cento da população mundial vivem em condições de pré-modernidade nos países do Sul periférico, e detêm menos de 16 por cento da renda. Por outro lado, menos de vinte por cento da população planetária vivem nos países centrais, que detêm aproximadamente vinte por cento da

renda. Esses são os dados da acumulação e da não distribuição da renda. Se agregarmos a essa informação a questão da transferência de lucros do Sul para o Norte, somente no caso da América do Sul o montante de transferências é da ordem aproximada de 14 bilhões de dólares-ano. Eis o quadro da impossibilidade histórica de uma solução democrática dentro das leis do mercado capitalista, fato que aumenta a complexidade do dilema democrático.” (ARRUDA, 1997, p. 95).

A maneira como as políticas neoliberais são implantadas induz a falsa crença de que, no caso do Brasil, os movimentos políticos e sociais da esquerda brasileira estão sendo omissos na elaboração de uma contraproposta. Entretanto, a razão pela qual tais movimentos se encontram sem possibilidade de elaborar uma resposta, acabando até mesmo por adotar, em alguns casos, o discurso neoliberal⁶, reside no estilo de formulação de tais políticas: “(...) as reformas tendem a ser iniciadas a partir de cima e desencadeadas de surpresa, independentes da opinião pública e sem a participação de forças sociais organizadas. As reformas tendem a ser postas em vigor por atos arbitrários ou empurradas através de legislativos sem quaisquer mudanças que reflitam a divergência de interesses e opiniões. O estilo político de implementação tende no sentido do governo por decreto; os governos tentam mobilizar suas bases de apoio, ao invés de aceitar os compromissos que resultariam da consulta pública. No final, a sociedade fica sabendo que pode votar mas não escolher; legislativos são levados à impressão de que não têm papel a desempenhar na elaboração de políticas; partidos políticos, sindicatos e outras organizações nascentes aprendem que suas vozes não contam.” (PRZEWORSKI, 1997, p. 224).

⁶ Quando, por exemplo, se têm líderes sindicais falando publicamente na ‘esperança de que haja desemprego’ ou negociando através de contratos de trabalho ausentes de qualquer tipo de garantia para os trabalhadores. (PRZEWORSKI, 1997, p. 210).

A IMPLEMENTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

E na América Latina não tem sido diferente: o Neoliberalismo vem sendo adotado exatamente como ensina a ‘cartilha’ de Washington. Tal cartilha, denominada informalmente ‘Consenso de Washington’, consiste num “plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado, hoje pelo FMI e pelo BIRD, em mais de 60 países de todo o mundo” (FIORI, 1995, p. 04).

Nogueira explica melhor a origem da denominação ‘Consenso de Washington’: “Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo (...) era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de ‘Consenso de Washington’” (1994, p. 05).

Sua efetiva implementação se daria através de estratégias pré-definidas que tinham sua eficácia condicionada ao cumprimento de determinados requisitos, tais como a sua feitura no momento certo, pelo grupo econômico correto – o *technopol* de Williamson (FIORI, 1995, p. 05) – e, por último, com o devido apoio político.

Quanto ao ‘momento mais favorável’ para sua implementação, estudos já realizados identificam três circunstâncias como as mais adequadas: “(...) o programa consegue ser aplicado depois de alguma grande catástrofe (guerra ou hiperinflação) capaz de minar toda e qualquer resistência; quando os *technopols* conseguem defrontar-se com uma oposição desacreditada ou desorganizada; quando além disto eles disponham de uma liderança forte capaz de ‘insularizá-los’ com relação às demandas sociais” (FIORI, 1995, p. 05).

O programa de implementação do Neoliberalismo foi dividido em três fases: “a primeira, consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário envolvendo invariavelmente a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de ‘reformas estruturais’; liberação financeira e comercial, desregulação dos mercados, e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a de retomada dos investimentos e do crescimento econômico” (FIORI, 1995, p. 04)..

Como é um programa que se pretende instaurar a longo prazo, para que dê certo o apoio político constitui um elemento vital. Vale dizer: não basta que tenham sido efetuadas as medidas iniciais (como, por exemplo, a estabilidade monetária), sendo necessário também que se assegurem “condições de poder inalteráveis por um período prolongado de tempo”. Mas indaga FIORI: como ganhar eleições e manter por tanto tempo uma sólida maioria no Congresso Nacional? (1995, p. 06).

O autor oferece, com base em estudos feitos, três caminhos para que ocorra a continuidade do plano: “a) o dos partidos capazes de assegurarem a vitória e a maioria parlamentar por mais de uma década, o que em geral se deu em sociedades com menores índices de inflação e/ou de desigualdade social; b) o da existência de condições excepcionais, de guerra ou recuperação democrática, favoráveis ao logro de acordos sociais e políticos entre partidos, sindicatos e empresários; c) ou então, como os estudos mencionados indicam em quase todos os casos dos países com economia de alta inflação, grande fragilidade externa e extrema desigualdade social, o apelo à regimes autoritários permanentes ou ‘cirúrgicos’, como foi o caso da Turquia no início dos oitenta e do Peru mais recentemente” (FIORI, 1995, p. 12).

Não só da Turquia. O terceiro caminho sugerido pelo autor enquadra o Brasil neste contexto, o que não quer dizer que “somente regimes autoritários podem impor com êxito políticas Neoliberais na Améri-

ca Latina” (ANDERSON, 1995, p. 21). Mas Williamson *apud* Fiori (1995, p. 05) reconhece que é muito mais difícil eleger e sustentar este programa em governos minimamente estáveis, pois nesses locais é mais difícil induzir o eleitorado a aceitar como necessários os desastres sociais que o programa neoliberal provoca. Um exemplo pode ser a Venezuela.

O Chile, juntamente com a Bolívia, foi o ícone latino-americano de difusão e aplicação das ‘políticas neoliberalizantes’ (ARRUDA, 1997, p. 97). Os outros países tiveram tais políticas implantadas no fim da década de 80: México, em 1988, com Salinas; Argentina, em 1989, com Menem; Venezuela, em 1989 com Carlos A. Perez e Peru, em 1990, com Fujimori. Esses políticos chegaram ao poder utilizando-se de uma técnica que FIORI (1995, p. 11) considera inadequada às situações políticas subseqüentes: a ausência absoluta, no discurso, das verdadeiras políticas que seriam implantadas. “Nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fez depois de eleito” (ANDERSON, 1995, p. 20). Fernando Henrique Cardoso já não se utilizou dessa estratégia: anunciou claramente o programa que iria cumprir, fazendo do Plano Real o ‘real’ propulsor do sucesso econômico a curto prazo.

Muito embora sem o discurso velado dos outros governantes Fernando Henrique Cardoso⁷ “foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial” (FIORI, 1995, p. 06).

E FHC abraçou sem ressalvas esse ideário neoliberal. “Cumpre-o à risca, sem negociar salvaguardas, compensações ou vantagens. Cedeu em tudo quanto lhe foi imposto pelo capital estrangeiro até agora. Quebrou o monopólio estatal do petróleo e o das telecomunicações, abriu aos estrangeiros a navegação de cabotagem e o subsolo do país, liquidou com a empresa nacional, capitulou na Lei de Patentes e derrubou as bar-

⁷ Doravante denominado FHC.

reiras alfandegárias, supostamente para aumentar a produtividade das empresas brasileiras. Agora, planeja algo maior, o de entregar as ricas e vastas reservas minerais do Brasil, vendendo a Vale do Rio Doce, em licitação cujo vencedor já é conhecido – a Anglo American.” (LIMA, 1996, p. 1-3).

O PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO E SEU SIGNIFICADO PARA A IDEOLOGIA NEOLIBERAL

Antes de dar início às informações acerca do processo de privatização que está em curso no Brasil, serão fornecidas algumas linhas gerais do que seja essa desestatização para o Neoliberalismo, questionando-se a veracidade ou não de sua argumentação.

Przeworski (1997, p. 217) oferece uma definição de privatização condizente com o discurso empregado pelo Neoliberalismo. Essa definição foi dada pelo ex-ministro das finanças polonês Leszek Balcerowicz, e diz o seguinte: ”Uma economia de mercado baseada na ampla participação de diferentes formas de propriedade privada propicia o mais elevado grau de eficácia – entre todos os sistemas econômicos conhecidos na prática – no uso dos recursos materiais e espirituais de uma sociedade. Em conseqüência, gera a mais rápida melhora do padrão de vida dos cidadãos. Isso se dá porque a economia de custos, a boa organização do trabalho, a alta qualidade da produção, a busca efetiva de novos mercados e o desenvolvimento e progresso técnicos são do interesse dos proprietários que dirigem o trabalho das empresas”.

Atribuir às privatizações tais esperanças, entretanto, para Przeworski (1997, p. 217) é apoiar-se em premissas falsas, quais sejam: acreditar que a propriedade privada resolverá os problemas das relações entre atores

principais e agentes, forçando os gerentes à maximização dos lucros; considerar o mercado como uma fonte de incentivos para os empregados, mais do que uma fonte de informação para os gerentes; e, por último, prever, na disponibilidade futura, capital suficiente para infundir investimento em firmas recém-privadas.

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL: ALGUNS NÚMEROS QUE COMPROVAM O NÍVEL DE CUMPRIMENTO DA CARTILHA NEOLIBERAL

Após lançadas algumas idéias do que seja a política neoliberalizante, contextualizada a sua etapa atual, já tendo sido, também, entendido como se dá a implementação de tais políticas, cujo custo social talvez venha a se descobrir irreversível, cabe agora verificar o quanto o governo brasileiro – através do Executivo e do Legislativo – cumpriu desta cartilha.

O processo de privatização das estatais iniciou no governo Collor (1990-1992), com a aprovação do Programa Nacional de Desestatização. De lá para cá o governo federal privatizou mais de 52 empresa, cuja soma já ultrapassou os 13 bilhões de dólares. Com a venda da Vale do Rio Doce o programa iniciou uma nova fase: “a venda das empresas consideradas *filé mignon*”⁸.

Dentre essas empresas inclui-se a Telebrás – que num primeiro momento iniciou a sua privatização de maneira compartimentalizada para mais recentemente efetiva a venda completa -, a Petrobrás e o Banco do Brasil. Vale lembrar que foi aprovada a emenda constitucional sobre a reeleição, válida inclusive para o presidente que está em exercício. O que fica muito fácil de compreender, se se lembrar que o projeto neo-

⁸ Folha de São Paulo. Caderno Especial da Vale. São Paulo, 27 abr. 1997, p. 12.

liberal somente funcionará a longo prazo e, portanto, a reeleição é vital para que se dê continuidade às reformas, ainda mais no Brasil, onde FHC tem feito um trabalho tão bom.

Foi visto anteriormente que a política adotada por FHC, durante a campanha eleitoral, teve um caráter transparente, e ele deixou claras quais as medidas que tomaria no seu governo. Entretanto, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce não constava do seu programa de governo. E quase foi abandonada para garantir a aprovação da reeleição. Conforme informa o jornal “Folha de São Paulo” “na primeira entrevista dada na condição de presidente eleito, em 6 de outubro de 1994, FHC afirmou que a venda da estatal poderia ficar para depois de seu governo”. Mas já no primeiro ano de governo FHC informava que a Vale seria privatizada. FHC pode não ter sido extremista como o foram Menem e Salinas, mas com certeza não foi 100% transparente.

O governo alega que parte do lucro levantado com as privatizações será utilizada para abater parte da dívida pública federal e financiar o setor produtivo privado, principalmente na área de infra-estrutura, através de empréstimos. Entretanto, antes de se posicionar contrária ou favoravelmente em relação à privatização, algumas questões devem ser levantadas: 1) os valores pelos quais as empresas são avaliadas correspondem aos valores ‘reais’ de tais empresas?; 2) o modo como são pagas, conforme informação do próprio BNDES⁹, com moeda corrente, certificados de privatização, debêntures e dívidas securitizadas, justifica a urgência da venda?

No caso da Vale do Rio Doce, é possível justificar a venda de uma *holding* que dá lucro, cujo patrimônio líquido em 1996 foi de R\$ 11,29 bilhões, só de lucro líquido do mesmo ano foi de R\$ 632 milhões, e que o governo avaliou em R\$ 10,36 bilhões, e foi vendida por apenas 5?

⁹ Folha de São Paulo. Caderno Especial Vale do Rio Doce. p. 12.

Isso sem mencionar o fato de ter sido uma avaliação cujos números foram contestados por outros órgãos e considerados subavaliados em, no mínimo, R\$ 2 bilhões. A justifica reside no fato de que os critérios contábeis são distintos em cada cálculo feito. E tais critérios resultam em números que justificam de forma justa a venda da empresa estatal. Uma das alegações para que a Vale fosse vendida diz respeito ao custo de sua manutenção para o Governo Federal: é um mau negócio, pois o governo recebe de lucro, em média, por ano, 2%. Entretanto, a Vale sustenta que o retorno seria de 9,75%, a partir de um critério norte-americano. Pinto concorda com a sustentação feita pela empresa: “De fato, a contabilidade brasileira, até o ano passado, permitia a correção monetária do patrimônio líquido, inflando seu valor, enquanto o critério norte-americano não permite reavaliação, Portanto, o lucro fica proporcionalmente menor frente a um patrimônio maior” (1996, p. 1-6).

No processo de venda da Vale é possível constatar o que foi dito anteriormente: ainda que no Brasil haja a democracia representativa, e a população possa eleger seus deputados, não pode, entretanto, escolher, ficando restrita a assistir às políticas que vêm sendo realizadas. A sociedade civil foi às ruas, manifestando-se contra a privatização da Vale em frente ao prédio da Bolsa de Valores, no Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1997. O resultado? De um governo que se diz democrático, na venda de uma empresa pública, foi armado um ‘esquema de segurança’ para garantir a realização do leilão. Só de efetivo policial foram designados 450 homens, incluindo Batalhão de Choque e policiais a cavalo e com cães¹⁰.

Liminares pipocaram pelo país inteiro, tentando impedir a realização do leilão, no maior ato visto até então. Mobilizou setores políticos que normalmente divergem em suas posições, como por exemplo, o MST e o ex presidente José Sarney, ambos contrários à venda da empresa. O resultado, enquanto manifestantes eram devidamente ‘controlados’

¹⁰ Folha de São Paulo, Caderno Brasil. 29 abr. 1997, p. 08.

do lado de fora da Bolsa de Valores, foi a venda da empresa por um pouco mais de R\$ 5 bilhões.

Para quem? Por grande ironia, não para quem todos esperavam que fosse: a Anglo American, que compunha o consórcio denominado 'Valecom'¹¹, com empresas de peso como a Votorantim, do Brasil, a Mitsubischi e a Nippon Steel, ambas do Japão, dentre outros. A Vale foi adquirida pelo 'Consórcio Brasil'¹², liderado pela CSN – Brasil, e composto por empresas como a Nations Banks dos EUA, e a Gencor, da África do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, os fatos permitem que se comprove que as medidas feitas por FHC só têm cumprido com a cartilha do Neoliberalismo. Indepen-

¹¹ A composição do consórcio 'Valecom' se deu da seguinte maneira: foi liderado pela Votorantim, com faturamento anual de aproximadamente US\$ 5,8 bilhões. As outras empresas eram, em grande parte do setor de mineração, e compunham o peso do capital deste consórcio (as informações que seguem estão na ordem: empresa, origem, faturamento anual em bilhões de dólares): Mitsubishi, Japão, US\$ 85 bi; Anglo-American, Africa do Sul, US\$ 14 bi; Nissho Iwai, Japão, US\$ 89,1 bi; Nippon Steel, Japão, US\$ 27,7 bi; Marubeni, Japão, US\$ 60 bi, Caemi/Mistui, Brasil/Japão, 163 bi, além dos fundos de pensão Sistel e Centrus e mais oito empresas japonesas cujo faturamento ultrapassa os US\$ 30 bilhões. In: *Revista Istoé*, São Paulo, n. 1439, p. 144, 30 abr. 1997.

¹² O 'Consórcio Brasil' foi liderado pela CSN, cujo faturamento anual corresponde a US\$ 2,5 bilhões, e composto por (as informações que seguem estão na seguinte ordem: empresa, origem, faturamento anual em bilhões de dólares): Nations Banks, EUA, US\$ 242 bi; Opportunity, Brasil, US\$ 2 bi; Suzano, Brasil, US\$ 1,6 bi; Gencor, África do Sul, US\$ 3,4 bi, além da Alcoa e dos fundos de pensão Previ, Petros, Funcesp e Funcef. In: *Revista Istoé*, São Paulo, n. 1439, p. 144, 30 abr. 1997.

dente da manifestação da sociedade, o que preocupa o governo federal é apenas continuar a implementar as reformas. Para Lima (1996, p. 1-3), “o país vai sendo introduzido de forma subalterna no mercado globalizado”. Crescem o desemprego, a desindustrialização e a desnacionalização. O país se transforma num “Estado autoritário com fachada democrática. O Legislativo foi reduzido a um subpoder e o Judiciário sofre ameaças. O Executivo abusa, até o impensável, das medidas provisórias, editando ou reeditando, até agora, 1.018 delas, a uma média de 46,3 MP’s por mês, muito mais que a ditadura com seus decretos-lei.” Estas informações vão de encontro às conclusões tiradas pelo Consenso de Washington, que condicionam a continuidade do projeto e a decorrente credibilidade à presença, nos governos, de uma “autoridade centralizada e forte” (FIORI, 1995, p. 10).

Com tudo isso que se mostrou, não fica difícil acreditar que as políticas neoliberais conduzam ao enfraquecimento da democracia. Não fica difícil acreditar que a instauração de um governo autoritário se confronta diretamente com valores como liberdade e igualdade, traduzindo a real tentativa do Neoliberalismo de destruir o Estado e o Direito (ARRUDA, p. 1997, p. 97).

E se se entender que a barbárie tanto pode significar “a ruptura e o colapso do sistema de regras e de comportamento moral pelo qual *todas* as sociedades regulam as relações entre seus integrantes e, em menor extensão, entre seus membros e os de outras sociedades” quanto “a reversão do que podemos chamar projeto do Iluminismo do século XVIII, o estabelecimento de um sistema *universal* de tais regras e padrões de comportamento moral, incorporado nas instituições de Estados dedicados ao progresso racional da humanidade: à vida, à Liberdade e à Busca da Felicidade, à Igualdade, à Liberdade e à Fraternidade, ou o que quer que seja” (HOBSBAWM, 1997, p. 16) não fica difícil acreditar que o Neoliberalismo, em se decretando a falência do Direito e dos Estados tradicionais, realmente conduza a uma barbárie sem precedentes na história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir. *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARRUDA, E. L. Jr. Neoliberalismo, Reforma do Estado e Modernidade. In: ARRUDA, E. L. Jr. *Direito e Século XXI: conflito e ordem na onda neoliberal pós-moderna*. Rio de Janeiro: Luam, 1997.
- BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Caderno da Dívida Externa. São Paulo: PEDEX, n. 06, nov. 2. Ed, 1994.
- FIORI, J. L. *Os Moedeiros Falsos*. Rio de Janeiro: IEJ/UFRJ, 1995.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno Especial da Vale. São Paulo, 27 abr., 1997.
- _____. Caderno Brasil. 29 abr. 1997.
- HOBBSAWM, E. O Guia do Usuário. In: SADER, E. *O Mundo Depois da Queda*. Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. *Era dos Extremos: O breve século XX*. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LIMA, H. O caminho está errado. *Folha de São Paulo, Caderno Brasil, Seção Debates/Tendências*, São Paulo, p. 1-3, 28/10/1996.
- PINTO, C. Dólares mais estáveis. *Folha de São Paulo Caderno Brasil*, São Paulo, p. 1-6, 09/10/1996.
- PRZEWORSKI, A. A Falácia Neoliberal. *Lua Nova*. n. 28/29. 1997.
- REVISTA ISTO É. São Paulo, n. 1439, p. 144, 30/04/1997.